



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

Almeida

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

LICENCIATURA DE GESTÃO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

**Carga horária: 2 Horas/Semana Teóricas
1 Hora/Semana Prática**

Regime: Semestral

Ano Lectivo: 2003/2004

3º Ano /1º Semestre

Disciplina: Protecção do Consumidor

Docente: Equip^a Assistente do 2º Triénio Paula Alexandra Almeida

CAPITULO I – INTRODUÇÃO AO DIREITO DO CONSUMO

1. Noção de Direito do Consumo
2. Breve referência à necessidade da existência desta nova disciplina jurídica
3. Direito do Consumo ou Direito do Consumidor?

CAPITULO II – PROTECÇÃO DO CONSUMIDOR

1. Noção de consumidor
2. Distinção entre consumidor material e consumidor jurídico
3. Delimitação do regime de protecção do consumidor
4. Enunciação dos direitos do consumidor – A Lei 24/96. Seu alcance e natureza.

CAPITULO III – FONTES DO DIREITO DO CONSUMO

1. A Constituição da República Portuguesa – os direitos do consumidor como direitos fundamentais.
2. A Lei de Defesa do Consumidor.
3. A Legislação Avulsa.

CAPITULO IV – QUADROS INSTITUCIONAIS

1. No País
2. Na União Europeia

CAPÍTULO V – DIREITO DOS CONTRATOS

1. O princípio da boa-fé na celebração dos contratos
2. As cláusulas contratuais gerais – o DL 446/85
3. O princípio da proibição das cláusulas abusivas – DL 249/99
4. Os contratos celebrados fora do estabelecimento comercial – DL 279/87 e DL 243/95.
Os contratos à distância – Directiva 97/7/CEE de 20.5.97

CAPÍTULO VI – A PUBLICIDADE – REGULAMENTAÇÃO PARA DEFESA DOS INTERESSES DOS CONSUMIDORES

1. Sentidos do termo “Publicidade”
2. Marketing, Comunicação e Publicidade.
3. Publicidade e actividade publicitária
4. Principios reguladores da actividade publicitária
 - a) O Princípio da Licidade
 - b) O Princípio da Identificabilidade
 - c) O princípio da Veracidade
 - d) O princípio do Respeito pelos Direitos dos Consumidores
5. A Publicidade Domiciliária
6. A Publicidade Televisiva

CAPÍTULO VII – RESPONSABILIDADE DO PRODUTOR

1. O princípio da responsabilidade por factos ilícitos
2. A responsabilidade objectiva do produtor ou fabricante – DL 383/89
3. A noção de defeito. Tipos de defeitos.
4. Danos indemnizáveis

CAPÍTULO VIII – MEIOS PROCESSUAIS DE DEFESA DO CONSUMIDOR

1. O recurso aos novos meios extrajudiciais
 - a. O Provedor de cliente
 - b. As Comissões de mediação e conciliação
2. O recurso à arbitragem e exercício dos Centros de Arbitragem
3. Os Meios Judiciais.

AVALIAÇÃO : Além de contínua nas aulas, haverá uma frequência escrita. Os alunos só dispensarão de exame se obtiverem a nota mínima de 12 valores na frequência.

Nos exames dispensarão da oral se obtiverem a nota mínima de 10 valores na escrita. Para admissão à prova oral será necessária a nota mínima de 8 valores na prova escrita.

BIBLIOGRAFIA:

1. João Calvão da silva, “ Responsabilidade do produtor”, Almedina, Coimbra.
2. António Pinto Monteiro, “Clausulas Contratuais Gerais”, Almedina, Coimbra
3. Código da Publicidade
4. Carlos Ferreira de Almeida, “Os Direitos dos Consumidores”, Almedina, Coimbra.

